



POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA E A VISIBILIDADE NEGRA NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO: O CASO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS, INDÍGENAS E MINORIAS (NEAB) DA UNESC

Alex Sanders da Silva¹

Janaína Damásio Vitório²

Resumo: Este trabalho pretende concentrar-se na questão das políticas anti-racistas associados com o tema da visibilidade negro no espaço universitário. As políticas de ação afirmativa são apresentadas como uma possibilidade de promover políticas anti-racistas nas diversas áreas da sociedade. Assim, a reflexão que pretendemos tratar aqui, procura mostrar alguns aspectos da importância da identidade e visibilidade dos negros, em particular, consubstanciado na Lei 10.639 / 03. Isto não é fazer uma "caça às bruxas", mas considerar apenas algumas maneiras de pensar sobre a condição subalterna dos negros de hoje e sua mudança necessária. Queremos pensar os vários mecanismos que reforçam tal condição, evitando assim que a riqueza da história e da cultura negra, tem espaço e ganho de visibilidade. Neste sentido, procuramos destacar a implantação do Centro de Estudos Afro-brasileiros, indígenas e minorias na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Pretende-se apontar alguns aspectos que corroboram o entendimento do papel importante que têm o NEAB em promover o conhecimento sobre a história e a cultura dos grupos sociais com os quais ele está associado.

Palavras-chave: Ação afirmativa, Ensino superior, Desigualdade racial, NEAB, Visibilidade.

Abstract: This work intends to focus on the issue of anti-racism policies associated with the theme of black visibility in the university space. The affirmative action policies are presented as a possibility to promote anti-racist policies in the various areas of society. Thus, the reflection that we pretend to deal with here, seeks to show some aspects of the importance of identity and visibility of people black, in particular, embodied in Law 10.639 / 03. This is not to make a "witch hunt", but just consider some ways to think about the subaltern condition of black people today and its necessary change. We want to think the various mechanisms that reinforce such a condition, thus preventing the wealth of history and black culture, have

¹ Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade do Extremo Sul Catarinense – email: alexsanders@unesc.net

² Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, indígenas e minorias - NEAB – jdvd@unesc.net



space and gain visibility. In this sense, we try to point out the implementation of the Center for Afro-Brazilian Studies, Indigenous and Minorities at the University of Extremo Sul Catarinense (UNESC). It is intended to point out some aspects that corroborate the understanding of the important role that have the NEAB in promote knowledge about the history and culture of social groups with which it is associated.

Keywords: Affirmative Action, higher education, NEAB, racial inequality, Visibility.

INTRODUÇÃO

*Depois da libertação nacional, convidam-no a lutar
contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento.
A luta, afirma-se, continua. (Franz Fanon, 2005)*

Para tornar visível o que está invisível se faz necessário dar visibilidade. Esta afirmação nos parece, num primeiro momento, um tanto óbvia, mas quando se trata de relações étnico-raciais isso não é tão simples. Mesmo com as diversas políticas de combate a discriminação racial, a questão da visibilidade negra ainda é um problema que precisa ser enfrentado. Isto significa dizer que ainda estamos diante de algumas dificuldades em fazer valer a presença negra em diversos ambientes sociais e acadêmicos.

Infelizmente, ainda vivemos em uma sociedade marcadamente racista, que se manifesta em diversas formas sutis de preconceitos. Se fizermos perguntas do tipo: quantos negros e quantas negras ocupam cargos de grande importância hoje? Quantos são médicos, doutores, juízes, desembargadores? Ou, quantos têm condições de acesso às melhores escolas, universidades?

Não se trata de fazer uma “caça as bruxas”, mas, justamente considerar alguns aspectos para se pensar a condição de subalternidade da população negra nos dias de hoje. Quer-se pensar os diversos mecanismos que reforçam tal condição, impedindo assim, que as riquezas da história e da cultura negra, tenham espaço e ganhem visibilidade.

Este trabalho pretende dar ênfase para a questão das políticas de ação afirmativa, em particular, materializada na lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade



do ensino história e cultura da africana e afro-brasileira. Desse modo, a reflexão que se quer tratar aqui, busca evidenciar alguns aspectos da importância da identidade e visibilidade negra no espaço universitário.

Primeiramente, vamos fazer algumas observações sobre a questão da desigualdade racial, as políticas e práticas de combate ao racismo promovida pelas ações afirmativas. Em seguida, trataremos sobre o tema da corporeidade e as formas de visibilidade e invisibilidade da identidade negra na sociedade brasileira. Por fim, apontar alguns aspectos que corroboram com a compreensão do importante papel que o NEAB tem em promover o conhecimento sobre a história e a cultura dos grupos sociais com o quais está relacionado.

DESENVOLVIMENTO

Políticas de ação afirmativas: a persistência de um debate

As contradições raciais no Brasil têm caracterizado as condições de existência de grande parcela da população negra, sobretudo, a que vive no limite das condições de sobrevivência, marcada por profundas desigualdades sociais. Além disso, não há como discutir a questão das desigualdades sociais na sociedade brasileira sem levar em consideração as condições a que a população negra foi submetida após a abolição da escravidão (racismo, miserabilidade, exclusão social de toda ordem).

Os grilhões da escravidão deixaram profundas marcas na história brasileira, no entanto, a dificuldade no debate público sobre os resquícios desta história tem inibido os processos de combate ao racismo. É a experiência escravista um dos caracteres mais significativos que marcaram a história da sociedade brasileira. A opressão estabelecida sobre os negros se tornou ainda mais aguda porque o Estado, depois da abolição, não implantou políticas públicas voltadas para os negros libertos.³

³ Conferir o texto “Questões legais e racismo na história do Brasil” de Antonio Carlos Arruda da Silva, nele o autor faz uma breve trajetória de como a estrutura das leis e jurídicas do Brasil calcaram-se na necessidade de manter uma distancia entre os “senhores de tudo” e seus serviçais, escravos ou livres. IN: MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP: Estação Ciência, 1996.



No Brasil, o tema da escravidão pautou-se num velamento do tema e de suas consequências pós-abolição. Isso possibilitou a cristalização de um racismo estrutural que se caracterizou pela manutenção de processos nefastos de exclusão que legaram aos descendentes de ex-escravos uma trajetória inconclusa de libertação.

Vale dizer que a ausência de políticas dirigidas à promoção da população negra cristalizou diferenças abissais entre estes e a população branca. De modo que, a superação dessas desigualdades tornou-se um dos principais desafios para a sociedade brasileira. A necessidade de políticas de combate ao racismo se dá, sobretudo, a partir de políticas “da promoção da igualdade de direitos, do respeito às diferenças” (TEODORO, 1995, p. 95). São políticas compensatórias e reparativas que trazem à tona a luta por práticas anti-racista no âmbito da sociedade.

Para o sociólogo Valter Roberto Silvério,

Embora várias investigações tenham detectado os fatores que estruturam as desigualdades raciais, os velhos argumentos que procuram nos convencer da não-necessidade ou da ineficácia de políticas públicas para grupos específicos retornam com novas roupagens. Assim, aparentemente, o problema é que, no Brasil, não se assume que as desigualdades sociais têm um fundamento racial que influi de maneira decisiva nas variações encontradas nos indicadores relativos à renda, à educação e à saúde da população brasileira (2002, p. 98-99).

A indiferença moral em relação ao destino social da população negra é tão generalizada que ninguém se abala tanto com a constatação das desigualdades raciais. É como se os homens e mulheres negros não existissem, não fizessem parte e nem participassem ativamente da sociedade brasileira. A “invisibilidade” do processo de discriminação racial reaviva o *mito da democracia racial*, impedindo uma discussão séria, franca e profunda sobre as relações raciais e inibem cada dia as políticas públicas específicas para a população negra.

Isso se agrava quando não há uma discussão sólida e séria, sobretudo, quando se trata das questões voltadas para as políticas de reparação ou de ações afirmativas. Inclusive na esfera científica brasileira, mal se começa a admitir, em nível acadêmico, o debate acerca desses temas (Gomes, 2002, p.132). Conceitualmente, pode-se dizer que as expressões “reparação” e “ação afirmativa” para negros, não são novos nas ciências sociais brasileiras, embora nos pareça que



somente nos últimos anos vem sendo discutidas essas políticas públicas. Entre os argumentos favoráveis às políticas de ação afirmativa está o reconhecimento do princípio de igualdade e da identidade entre os indivíduos negros. De fato, a ação afirmativa nada mais é do que uma forma de expressão do princípio de igualdade que busca, por meio de tratamento desigual, enfrentar desigualdades injustificadas e arbitrárias. Se a prática cotidiana e os dados estatísticos indicam que em tratamentos iguais existam condições desiguais, cabem políticas públicas supostamente desiguais para intervir em tais situações.

Entretanto, o que fundamenta a adoção de uma política afirmativa não é o simples reconhecimento positivo do princípio de igualdade, mas o enfrentamento com o seu *outro*, sua própria negatividade. A que isso corresponderia? Significa dizer que a ação afirmativa deixaria de ser uma passagem superável da civilização na construção da igualdade, para se tornar uma forma possivelmente aceitável de lidar com as diferenças e no reconhecimento do outro. Nessa tendência, teríamos de lidar com a mudança de uma perspectiva universalista da questão ética, para uma ética do reconhecimento das diferenças, para uma ética da alteridade.

Ao tomarmos a tarefa de compreender a dimensão ética das políticas de ações afirmativas, nos deparamos com a necessidade de compreender o próprio conceito de *justiça*. Como vimos anteriormente, de forma muito breve, nesse termo sua relação está inerente ao conceito de igualdade, como encontramos já em Aristóteles: “A *justiça é uma igualdade e a injustiça uma desigualdade*”.⁴ Mas, se quisermos uma definição do termo, ela há de ser construída e sujeita à transitoriedade de tal construção.

O tema das reparações⁴ para os descendentes de ex-escravos, sempre foi uma pauta do movimento negro, no entanto, nunca foi levado a fundo pelo Estado

⁴ O movimento negro brasileiro, acompanhando um movimento político internacional, a partir de intelectuais, negros em sua maioria, na África e na Diáspora, inicia uma nova etapa, a da postulação política por reparações, numa fatura política inevitável a ser cobrada do Ocidente e que necessariamente precisam ser reparações de cunho material e por políticas públicas para uma compensação histórica real na África e fazer a promoção da igualdade, para o combate às discriminações e para a garantia de condições de vida digna a todos. O tema foi amplamente discutido na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em agosto e setembro de 2001, Durban na África do Sul.



brasileiro. Já em relação às políticas de ação afirmativa tiveram mais espaço, justamente, quando começaram a se discutir as “cotas” para negros. O professor Sandro César Sell considera que,

A ação afirmativa consiste numa série de medidas destinadas a corrigir uma forma específica de desigualdade de oportunidades sociais(...). Inspira-se no princípio de que a negação social de oportunidades a (determinados) grupos é um mal que deve ser combatido, enfaticamente, com políticas específicas. E que o uso de critérios raciais, por exemplo, na distribuição de determinados bens sociais não é algo errado em si, desde que não esteja a serviço de preconceitos (2002, p.15).

Ao discutirmos sobre as medidas adotadas pela ação afirmativa, por exemplo, as cotas na universidade tocam em inúmeros pontos determinantes da sociedade brasileira, que colocam a nu as contradições raciais mais profundas do país (OLIVEN, 2007; SELL, 2002). Há quem diga que com as políticas afirmativas não diminuirá o racismo, mas ao contrário, o tornara mais agressivo. É importante, pois, um conhecimento mais profundo da realidade do racismo brasileiro.

Nas universidades onde se implantou a política de cotas, a preocupação sobre o racismo veio à tona. Porém, não diminuiu em nada a necessidade de por o problema em evidência. Dizer isso corresponde considerar que o racismo no Brasil é uma questão delicada, mas que precisa ser encarado com políticas que possam diminuir. Pode-se dizer ainda que, alguns setores podem contribuir mais que outros de forma imediata. A educação é um fator muito importante nesse aspecto. Todavia, ela deve vir acompanhada por outras políticas de cunho mais estrutural.

Uma vez definido o ideal de sociedade, não se podem deixar de lado as determinações históricas desiguais que compuserem o roteiro da sociedade brasileira. O sucesso ou o fracasso das leis de combate ao racismo e daqueles que procuram promover maior igualdade, vai depender também de soluções estratégicas para a desigualdade social. Assim, a solução da questão racial, caminha junto, com as de caráter social. Portanto, se requer não apenas uma mudança de postura individual, mas também coletiva, pois, sem ela qualquer estratégia de combate ao racismo se tornará ineficaz.

Visibilidade, invisibilidade, corporeidade e identidade negra no Brasil



A necessidade de a população negra conquistar o reconhecimento, a valorização e afirmação de sua negritude, é um fator central na luta pelo combate ao racismo. E essa luta se dá no marco político e também nas questões sócio-culturais, sobretudo, quando se pretende que as pessoas negras sejam “vistas”. Voltar os olhos para a população negra significa desvelar como seu corpo, sua identidade, sua presença vem sendo tratada. Significa compreender a história de negação e subjugação por muito tempo, e que insiste em permanecer, não só no imaginário, mas nas práticas sociais atuais.

Nesse sentido, quando falamos na escravidão negra, pensamos nas diversas práticas de constrangimentos e humilhações sofridas por este povo. E quando falamos que a libertação dos grilhões da senzala não aconteceu de forma total, é porque ainda nos deparamos com constantes situações constrangedoras e humilhantes que ainda insistem em acontecer. O povo negro carrega a marca da escravidão em seu próprio corpo, no constante apelo de sua autonegação.

A criança negra ao ser discriminada e exposta a situações vexatórias na escola isso irá repercutir na construção de sua identidade. Tendo a história de escravidão como testemunha da opressão de seus antepassados, a criança negra ficou a mercê de uma construção identitária negativa. De acordo com Scheneider, se “os outros dizem para nós quem somos e como devemos agir, sempre fazemos alguma coisa com isso: ou aceitamos, ou nos revoltamos, ou outra possibilidade; mas com certeza ‘o olhar do outro’ faz parte da nossa identidade” (s/d, p.9).

Uma das problemáticas que apareceram nas universidades que adotaram o sistema de cotas para negros, foi a dificuldade de definir quem é negro no Brasil. Uma alternativa que se adotou foi a autodeclaração. Mas, o que é ser negro hoje? Segundo Martins (1995, p.34), a cor de um indivíduo nunca é simplesmente uma cor, mas um enunciado repleto de conotações e interpretações articuladas socialmente. É um valor de verdade que estabelece marcas de poder definindo lugares, funções e falas.

Nesse sentido, a imagem do corpo negro que se constituiu ao longo dos tempos - de sua força, de sua sexualidade aflorada – atualmente se expressa como formas de violência, que tem um único resultado: a desumanização dos indivíduos. Para Bastide (1973) “a apologia à força física do negro, subentende a ideia de que



ele só serve para trabalhos forçados, como a apologia sexual subentende uma opinião pejorativa de sua moralidade”.

O corpo negro é marcado por esses estereótipos, para designar a condição de sua subserviência. Nesta perspectiva é interessante notar uma censura psicológica e simbólica para compreender uma corporeidade negada. Nessas condições seu corpo é uma não-presença, uma negação de sua subjetividade humanizada. De modo que, sua identidade, seja ela corporal ou psicológica, é uma conquista demorada e sofrida, formada de heranças e aquisições culturais, de atitudes aprendidas e inventadas e de formas de agir e de reagir.

A subjetividade negra esbarra no dado ostensivo da corporeidade cuja avaliação, no entanto, ainda é preconceituosa. Podemos dizer que a cidadania racial, geralmente, mutilada, é emblemático. Os interesses cristalizados, que produziram convicções escravocratas arraigadas, mantêm os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais. Na esfera pública, o corpo acaba por ter um peso maior do que o espírito na formação da identidade racial afirmativa.

De acordo com Santos (2003) ser negro no Brasil é com frequência ser objeto de um “olhar enviesado”. Esse olhar enviesado tem muito a ver com a tentativa das políticas sutis de “branqueamento” da sociedade brasileira. A construção/reconstrução afirmativa da identidade negra, superadora de discriminações e viabilizadora de práticas antirracistas trazem tensões e ambiguidades. Todavia, se faz importante esclarecer que *ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se de uma escolha política*. Portanto, é negro quem assim se define e se assume.

Os debates brasileiros feitos até hoje sobre esse tema, apresentam uma série de lacunas referentes à história e aos saberes da cultura africana e afro-brasileira. Embora haja estudos que estejam avançando, ainda é forte a concepção de uma universidade pautada em moldes eurocêntricos (Alves, s/d, p. 71). Em se tratando das questões raciais, os poucos negros que estão na universidade, ainda não se reconhecem. Embora tenha se avançado nas políticas para diminuir as desigualdades raciais, sofremos com o problema da invisibilidade negra.



Algumas questões permanecem e carecem de respostas satisfatórias: Por que é tão difícil se discutir a questão étnico-racial em nossos ambientes acadêmicos? Por que a dificuldade em tratar desse tema, ou pelo menos fazer referência que existam pesquisadores, que tratam deste assunto?

Para uma resposta simplificada seria porque as pessoas negras não estão na universidade, ou estão em sua minoria. Porém, o problema é bem mais profundo. Ainda persiste no Brasil um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias, ignorando ou pouco valorizando as outras (africanas, indígenas, asiáticas, etc). Os diferentes grupos, as diferentes identidades que constituem a própria sociedade brasileira, têm demonstrado o quanto é necessário o respeito a diversidade étnico-racial.

Assim sendo, na universidade existe um apelo para constituir-se em espaços de aprendizagens das diversidades culturais, nas trocas de conhecimentos de história, da política e da cultura negra. Desse modo, urge ampliar essa realidade universitária a partir de debates e ações que considerem os diferentes modos de ser e fazer da história e da cultura negra. Reconhecer a importância de políticas que resgatem a história e a cultura afro-brasileira e africana se torna fator fundamental no desenvolvimento da identidade e valorização de um povo.

Apesar de haver elementos que mostrem uma autoimagem negativa dos negros transmitida pela ideologia. Entendo que a universidade seja um espaço importante para a formação das pessoas e, conseqüentemente, fundamental para a construção de uma autoimagem positiva que a pessoa negra possa ter de si mesma.

Desse modo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, prevê e promove em diversos momentos a importância do papel da discussão da questão racial no processo de formação docente. Conforme Kátia Schützer os professores têm com seus alunos uma relação afetiva importantíssima para que o processo de aprendizagem aconteça, podendo elevar ou esmagar a autoestima das crianças negras com suas atitudes (Schützer, s/d, p. 132).

De acordo com Kabengele Munanga, os professores devem contribuir para:



Mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade, e também ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo, quando esta foi negativamente introjetada (apud Schützer, p.133).

Para que o potencial formativo possa ser aproveitado como espaço de criação de novas mentalidades e de novas práticas. É fundamental no processo de formação de no preparo acadêmico dos estudantes universitários a desconstrução de preconceitos historicamente estabelecidos. De acordo com Gomes, o professor deve estar preparado para *“vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal”* (2000).

No entender da professora Petronilha, o professor deve encarar seu aluno negro na condição do seu próprio corpo negro diante do mundo e das pessoas, contribuindo para a formação de uma identidade que valoriza suas raízes étnicas e culturais, porque

As pessoas situam-se humanas através de seus corpos diante do mundo, da sociedade que as rodeia, da comunidade onde vivem, da classe e grupos a que pertencem. As mulheres e homens negros têm seu corpo negado ou visto como objeto pela sociedade (o mito das mulatas, da superpotência sexual dos homens). E é seu corpo negro que os revela a si próprio, que os fazem descobrir-se alienados, ao se comportarem como se não fossem negros. É seu corpo negro que os leva a darem-se conta de que, independentemente de suas idéias ou gestos embranquecidos, para os outros o seu corpo físico se objetiva como negro (Gonçalves e Silva, 1987, p. 233);

Nesse sentido, os professores devem engajar-se na formação de homens e mulheres, que lutem por sua dignidade, autoestima, que amadureçam uma visão capaz de respeitar, valorizar e harmonizar as diferenças étnicas. Essas considerações devem advir de uma mudança de postura, de concepção das relações raciais que se estabelecem na sociedade. Daí a importância da introdução nos cursos de formação de professores e outros profissionais da Educação discussão da questão racial.

Há ainda que considerar o fato de que mesmo que as leis 10.639 e 11.645 tenham sido aprovadas e que os sistemas tenham sido obrigados a se adequarem



aos dispositivos legais, muito tem que se percorrer no que tange a questão racial. Embora muitas iniciativas tenham se dado, e venha se dando, é preciso avançar mais. Sabemos que é um processo contínuo, pois sempre surgem novos conhecimentos e desafios, principalmente, quando o assunto é a questão racial e seus desdobramentos na universidade.

Nesse sentido, apontamos para a importância desse processo a partir da experiência de implantação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Minorias nas Universidades. Trataremos aqui de fazer um breve relato da constituição do NEAB em seus desafios dentro das políticas de uma instituição em particular, não como modelo, mas para se pensar em iniciativas que possam a demonstrar o esforço em promover o conhecimento sobre a história e a cultura dos grupos sociais subalternizados em nossa sociedade.

O caso do NEAB na Universidade do Extremo Sul Catarinense

Para melhor compreensão e construção deste estudo, apresentamos, neste momento, um breve relato da história da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Esse histórico serve para contextualizar o NEAB, por entender que tal instituição nos permite não apenas outro olhar para o tema em questão, mas nos convida a ampliar este campo de visão quando se pensa em uma universidade comunitária.

Bittencourt (2011) retrata que a princípio o que era somente um sonho, tornou-se algo concreto, e, logo seria necessário preparar a cidade para esse novo empreendimento. Devido ao crescimento do município de Criciúma e por se tratar de uma cidade carente de educação superior. Isso iria transformar a vida de muitos cidadãos, com a instalação de uma universidade no município. Um caminho árduo foi trilhado a fim de trazer à tona a presença dessa instituição na região.

A origem da Fundação Educacional de Criciúma- FUCRI, constituída em meados da segunda metade da década de 1960, época em que o Sul do Estado de Santa Catarina, vivenciava um expressivo crescimento econômico e populacional (BITENCOURT, 2011). Segundo Bitencourt (2011), a FUCRI, em sua natureza



jurídica de direito privado sem fins lucrativos, foi instituída pelo Poder Público Municipal por meio da Lei n. 687/68, em junho de 1968.

No início, suas atividades eram desenvolvidas em salas alugadas, no Colégio Madre Tereza Michel, com o curso pré-vestibular. Em 1972, passou a funcionar na Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga - SATC - e, em junho de 1974, mudou-se para o atual Campus Universitário, localizado no Bairro Universitário, para um prédio doado pela Prefeitura de Criciúma.

A primeira Faculdade da FUCRI foi a Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma (FACIECRI), criada em 1970, para contribuir com a melhoria do ensino e responder às necessidades regionais. Em 1974, foi criada a Escola Superior de Educação Física e Desportos (ESEDE) e, em 1975, foram criadas a Escola Superior de Tecnologia de Criciúma (ESTEC) e a Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas (ESCCA) (BITENCOURT, 2011).

Com o passar do tempo, com o quadro de faculdades constituído, a FUCRI foi se estruturando, ampliando o número de cursos e de estudantes e estreitando sua relação com a comunidade e com os acadêmicos. Em 1987, após uma ampla mobilização, a FUCRI passou por um processo de mudanças na sua estrutura organizacional. Tais mudanças garantiram mais democracia à instituição, já que o modo de escolha de seus dirigentes, até então indicados pelo Poder Público Municipal, fora substituído pelo voto direto.

Dando continuidade ao processo de mudanças, em 1991, houve a criação da UNIFACRI, União das Faculdades de Criciúma, resultado da integração das quatro faculdades da FUCRI (BITENCOURT, 2011). A unificação das faculdades foi bastante significativa para a instituição e, conseqüentemente, para toda a região, pois ao avançar na sua estrutura, a instituição teve condições de alçar voos em direção a uma visão mais ampla quanto à função do ensino superior, caminhando rumo à criação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, agora comprometida com o ensino, pesquisa e extensão.

Reconhecida oficialmente pela Resolução 35/97 do Conselho Estadual de Educação, publicada no *Diário Oficial de Santa Catarina* de 4 de novembro de 1997, a Universidade do Extremo Sul Catarinense teve sua cerimônia de instalação oficial no dia 18 daquele mês [...] (BITENCOURT, 2011, p.151).



Atualmente, a UNESC conta com 51 cursos de graduação, bem como dispõe de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado, além de ensino fundamental e médio por meio do Colégio UNESC. Com uma variedade de cursos e formas de ingresso, a instituição tem recebido também estudantes estrangeiros, por meio de Processo Seletivo para Estrangeiros. Além disso, a UNESC não apenas recebe como também encaminha estudantes para países com os quais tem convênios de cooperação (UNESC, 2016).

A universidade assume lugar de destaque neste estudo, pois enquanto instituição social, espaço de socialização e elucidação da realidade contribui com a ampliação das possibilidades por meio da apropriação do conhecimento. Fazendo uma breve comparação entre as categorias administrativas, embora seja privada, a universidade comunitária diferencia-se das demais instituições devido à sua política institucional.

Para conhecer seu diferencial, vale destacar primeiramente o que significa comunidade, com o intuito de afunilar-se este conceito até o de universidade comunitária. Para Vannucchi (2004, p. 19), “revela-se assim, o conceito básico de comunidade, como a posse em comum de bens ou recursos, em vista de objetivos comuns, não obstante as diferenças de gênero, idade, crença e profissão. ”

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Minorias (NEAB), criado em 25 de setembro de 2014, com a Portaria nº 57/2014, se configura num espaço no contexto das Políticas Institucionais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). O NEAB tem como foco subsidiar estudos, pesquisas, debates e ações nos estudos afro-brasileiros e das questões indígenas e minorias que atendam os pilares da universidade: o ensino, pesquisa e extensão.

Com o objetivo de compreender a Educação Inclusiva como manifestação de respeito às diferenças a diversidade social, étnico-racial, cultural, econômica, política, artística, esportiva dos estudantes o NEAB é um espaço proposto a promover a interação entre os cursos e seus docentes, discentes e funcionários, bem como, demais setores em todos os níveis de ensino e a sociedade no contexto da cultura digital. Com isto, busca a incentivar políticas e práticas antirracistas, preconceitos de diversas ordens, na busca da promoção da igualdade racial, de gênero e social.



Para tanto, quer incentivar pesquisadores, estudantes e profissionais de diversas áreas que querem se ocupar da temática em seus estudos e atividades por meio da socialização das experiências internas e externas, mostra-se promissor na qualificação da produção científica do conhecimento na área.

A distribuição dos cursos UNESC estão configurados em Unidades Acadêmicas, subdivididas pela área de atuação, UNA Ciências da Saúde (UNASAU), UNA Humanidades, Ciências e Educação (UNAHCE), UNA Ciências Sociais Aplicadas (UNA CSA) e UNA Ciências, Engenharias e Tecnologia (UNACET) que são responsáveis pela gestão, organização e execução de atividades internas da Unesc e dos cursos os quais englobam, bem como por representar os interesses da Universidade, diretamente ou por delegação.

O NEAB hoje está estruturado tendo em sua composição professores das quatro Unidades Acadêmicas, possibilitando assim, que o núcleo esteja presente com os pilares do ensino, pesquisa e extensão no cenário geral dos cursos. Hoje temos na composição do NEAB: 01 professor integra o Programa de Mestrado em Educação, 02 professoras que integram a UNASAU, 04 professores UNHCE, 01 professora que integra a UNACSA e 01 Psicóloga.⁵

Desde seu lançamento o NEAB vem trabalhando com o intuito de criar grupos de estudos, pesquisas e atividades de extensão, atualmente a professora da UNASAU coordenado o grupo de estudos Saúde da População Negra com o objetivo de discutir e mapear os aspectos de saúde do município de Criciúma e região, fazendo um recorte étnico-racial. O NEAB tem como intenção trabalhar com assessorias e consultorias internas e externas, podemos avaliar que nestes quase dois anos de atuação no município de Criciúma.

Os grupos organizados que trabalham com as questões étnico-raciais veem o NEAB não apenas como referência acadêmica, mas parceiros em suas ações. O grupo frequentemente tem participação em ações fora do âmbito institucional, promovendo atividades de movimentos sociais de combate ao racismo, xenofobia homofobia, machismo e preconceitos de diversas ordens.

⁵ Titulação dos membros NEAB: Especialista, Mestre, Doutor e Pós-Doutorado.



O que podemos citar alguns grupos que tanto participaram quanto promoveram ações em parcerias com o NEAB em ações como Anarquistas Contra o Racismo (ACR), Coordenadoria de Promoção de Igualdade Racial (COPIRC), Coletivo Chega de Racismo e Associação da Comunidade de Ganeses de Criciúma (COGACRI). O NEAB ao conter programas de extensão, ocupa cadeira com dois membros representantes no Conselho Municipal da Igualdade Racial (COMPIRC), dois membros representantes no Comitê da Saúde da População Negra do Município e 02 membros representantes no grupo SOS Sociedade Recreativa, Esportiva e Cultural União Operária, tendo como função de intermediar e participar do diálogo com os setores do poder publica de promoção da igualdade racial.

Dentre as suas atividades acadêmicas de sua visibilidade o NEAB assume em seu calendário acadêmico na Instituição um evento chamado Maio Negro. Esse evento realizado inicialmente pelo curso de História da instituição, na 12ª edição é assumido pelo Núcleo, do ano de 2015. Ele comporta a tarefa de promover palestras e/ou colóquios, seminários, mini – cursos e discussões que possibilitem executar ações que respeitem às diferenças a diversidade social, étnico-racial, cultural, econômica, política, artística, esportiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucesso ou o fracasso da Lei 10.639 dependerá muito da conjugação de esforços da sociedade brasileira de reconhecer as implicações das desigualdades raciais e sociais. Depende também da necessidade de reeducação das relações étnico-raciais, o que significa o reconhecimento da importância de se buscar compreender os valores e lutas da população negra. Exige-se a valorização e respeito aos processos históricos de resistência negra. Faz-se necessário também reconhecer os preconceitos que desqualificam as pessoas negras que salientam os estereótipos depreciativos que incitam violências físicas ou simbólicas.

A reflexão sobre a formação dos professores a partir da questão racial implica considerar as políticas de ação afirmativa e seus desdobramentos. Esse enfoque deve estar relacionado com as práticas pedagógicas alternativas, que consideram a realidade da discriminação racial, que pode possibilitar um melhor entendimento da



diversidade étnico-racial. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, impõe aprendizagens entre negros e brancos, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiança, e um projeto conjunto para construção de uma sociedade justa e igualitária.

Para obter êxito, nesse tipo de prática educativa, a universidade não pode tratá-la do ponto de vista unicamente moral, mas apostar no seu conteúdo político. Tem que, além de desfazer da mentalidade racista e discriminatória, superar o etnocentrismo, reestruturando as relações étnico-raciais e sociais e desalienando assim os processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a juízos de valores desvinculados das experiências vividas pelos negros e negras nos níveis de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas.

Enfim, as instituições que buscam considerar a constituição de sujeitos emancipados, podem quebrar os esquemas racistas e de desigualdades raciais da educação, de ensino e da formação, quebrando inclusive seu próprio preconceito. Nesses termos, a Lei 10.639/03, vem como forma de resgatar, de forma positiva e valorativa, a cultura de matriz africana. Trata-se, de uma política curricular de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro.

Nesse aspecto se faz preciso reconhecer os NEABs como agentes culturais, importantes na promoção da igualdade e da diversidade étnico-racial. Nesse sentido, deve haver uma progressiva reversão da realidade em termos concretos, nas instituições de ensino superior, a fim de buscar a implementação de políticas públicas específicas para grupos específicos, como é o caso da 10.639. Como também a buscar a conscientização a partir de uma educação crítica, anti-racista e de promoção da diversidade étnico-racial.

Referências

ALVES, Teodora de Araújo. Coco de Zambê: práticas de saberes da cultura negra. In: **Identidade Negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil**. ANPEd; Ação Educativa, s/d.

ARCARY, Valério. **Equidade e igualitarismo: Por quê os socialistas defendem as cotas?** In: <http://www.pstu.org.br/2006>.



BASTIDE, Roger. Estereótipos de Negros através da literatura brasileira. In: **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BITENCOURT, João Batista. **UNESC**: a trajetória de uma universidade comunitária. Criciúma: UNESC, 2011.

CAVALLEIRO, E. **Educação anti racista**: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: **CAVALLEIRO E. (org) Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Summus, 2001.

DINIZ, Marta. **Identidade negra e espaço educacional**: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. In: <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0525.pdf>. acesso no dia 05 de dezembro de 2007.
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2005.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2005.

FERNANDES, Florestan. 1978. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática. vol. I e II.

_____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FREIRE, Ida M. Brincando de esconde-esconde: a construção da identidade da criança afrodescendente no contexto da educação infantil. In: LIMA, Ivan C.; ROMÃO, Jeruse e SILVEIRA, Maria. **Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural II**. Florianópolis, NEN, 1998.

GOMES, N. L.; SILVA, Petronilha, B. C. G. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GONÇALVES, L. A. Os negros e a educação no Brasil. In: LOPES, E.M. et al. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

LUDKE, M. ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Estratégias e políticas de combate a discriminação racial**. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 1996.

SCHÜTZER, Kátia. A questão racial e os cursos de formação de professores. In: **Identidade Negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil**. ANPED; Ação Educativa, s/d.

SELL, Sandro César. **Ação Afirmativa e democracia racial: uma introdução ao debate no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.



SILVA, Wilson H. **Na polêmica das cotas, o caminho é a luta**. In: Jornal Opinião Socialista, ano X, edição 265, de 13 a 19 de julho de 2006, p. 5.

SILVÉRIO, Valter R. Sons negros com ruídos brancos. In: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópoles, Abong, 2002.

UNESC–UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Criciúma, 2016.
Disponível em: < <http://www.UNESC.net/portal/capa/index/221/6869/>>. Acesso em: 18 fev. 2016

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade Comunitária: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2004.